

A UNIVERSIDADE NO BRASIL: DO SURGIMENTO À CONSTITUIÇÃO DE 1988

Renata Machado de Assis
Márcia Santos Anjo Reis
Maurício Campos
PPGE-FE-UFG
renatafef@hotmail.com

O objetivo desta pesquisa foi conhecer sobre o surgimento da universidade no Brasil e seu desenvolvimento, especificamente até a promulgação da constituição de 1988. A universidade tem sofrido a influência das políticas públicas voltadas para a educação, ao longo dos anos. A criação da universidade no Brasil, em 1934, não integrava um projeto neutro e desinteressado, como seus idealizadores tentavam transmitir. No entanto, o modelo idealizado de universidade não se concretizou. A reestruturação da USP, em 1968, defendia a organização em institutos, centros e departamentos articulados entre si, permitindo a formação de uma “comunidade pensante”. Somente a partir de 1968, com a Lei 5.540, de 28 de novembro, a reforma universitária se consolidou. Processou-se, então, a reestruturação das instituições de ensino superior, visando maior eficiência e produtividade. A partir de 1974, as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se transformaram em palco de discussão política e de oposição ao Regime Militar. As greves começam a acontecer nas universidades, assim como nas escolas, a partir de 1979, em busca dos direitos trabalhistas e políticos. Em princípios dos anos 1980, configurou-se claramente a existência de uma densa crise econômica, que conduziu o país à recessão e, conseqüentemente, à queda da produção industrial, ao desemprego, ao aumento da inflação e à compressão salarial. Em março de 1985 foi instituída uma “Comissão de Alto Nível para Estudar a Reformulação da Educação Superior”, constituída de forma bastante heterogênea no que se refere ao compromisso e posicionamento em relação à universidade pública. Em fevereiro de 1986, foi criado o Grupo para a Reformulação da Educação Superior (Geres), e instalado em 3 de março do mesmo ano. Funcionou como um grupo interno do MEC para repensar e adequar as propostas da Comissão Nacional, sem a participação da comunidade acadêmica. A Constituição Federal de 1988, elaborada sobre fortes pressões da sociedade, concedeu autonomia didático-científica à universidade, bem como de gestão financeira e patrimonial, mas, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada em 1996, não contemplou os anseios da população acadêmica e brasileira no que se refere às condições e necessidades do ensino superior no país. Enfim, o século XX foi um período marcado por muitas mudanças, vários impasses e lentos progressos no ensino superior brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: UNIVERSIDADE, SURGIMENTO, POLÍTICA BRASILEIRA

Eixo temático: 2 – Estado e Política Educacional

Modalidade de apresentação: pôster